

Em alguns casos, é inevitável descartar pagamentos inadimplentes com base em leis e regulamentos

Uma variedade de serviços para residentes é fornecida por impostos, prêmios de seguro e taxas de usuário pagas pelos cidadãos. Muitas pessoas pagam até o prazo de pagamento, mas há algumas pessoas que não aceitam o pagamento mesmo após o término do prazo de pagamento. Se a inadimplência não for atendida, isso não apenas levará a uma maior diluição da consciência do pagamento, mas também será impossível manter a justiça com aqueles que estão pagando adequadamente. Além disso, o aumento dos recebíveis pode pressionar as finanças da cidade e dificultar o funcionamento da administração da cidade, como a suspensão dos serviços para os moradores. Para evitar tal situação, se não houver resposta a pedidos repetidos de pagamento, ou se a pessoa não responder ao pagamento voluntário apesar da situação em que o pagamento é possível, a pessoa que está inadimplente no pagamento de impostos, prêmios de seguro, taxas moderadoras, etc. pode ser "alienada em atraso" de acordo com as leis e regulamentos.

O que é disposição delincente?

Independentemente da intenção da pessoa que está inadimplente no pagamento de impostos e vários prêmios de seguro, etc., a fim de cobrar à força impostos inadimplentes, etc., a propriedade da pessoa inadimplente é apreendida e, em alguns casos, a propriedade é trocada por leilão público, etc., e o imposto inadimplente, etc. é usado para o imposto inadimplente, etc.

Fluxo de descarte de inadimplentes, etc.

O fluxo básico de procedimentos para disposição de delinquentes é o seguinte.

Prazo de pagamento → lembretes → demandas → levantamentos e buscas de imóveis → apreensões de imóveis → apreensões de imóveis → alienações de câmbio, impostos municipais inadimplentes, etc.

Se o prazo de pagamento tiver passado, ele estará inadimplente

A falta de pagamento no prazo especificado (prazo de pagamento) é chamada de "inadimplência". Se você for inadimplente, será instado a pagar pela cidade por meio de lembretes e exigências.

Além disso, a partir do dia seguinte ao prazo de pagamento, os atrasados serão acrescidos até que o imposto inadimplente seja pago integralmente, portanto, o atraso no pagamento

aumentará quanto mais o atraso no pagamento.

Além disso, o pagamento de atrasados também é exigido por lei, etc., e mesmo que apenas os atrasados não sejam pagos, eles estarão sujeitos a disposição inadimplente.

Envio de cartas de demanda com base em leis e regulamentos

Se o pagamento não for feito após o prazo de pagamento, uma carta de lembrete será enviada em até 20 dias a partir da data de vencimento. Uma carta de cobrança não é apenas uma exigência de pagamento, mas um procedimento de pré-requisito para a disposição inadimplente estipulado por lei, e se o pagamento não for feito após o prazo de pagamento, um lembrete será sempre enviado de acordo com a lei.

A Lei Tributária Local estipula que, se você não pagar integralmente até a data de decorridos 10 dias a partir da data de emissão da carta de demanda, você deve "apreender a propriedade" da pessoa inadimplente, portanto, se você receber uma carta de demanda, pague-a prontamente.

Observe que, se você fizer um pagamento após o prazo de pagamento, poderá receber uma carta de lembrete por engano.

Notificação por telefone, documento, etc.

Se uma carta de demanda for enviada, mas o pagamento não for feito, o pagamento poderá ser solicitado voluntariamente por telefone, lembrete por escrito ou visita.

Investigação e pesquisa de propriedade

Se o pagamento não for aceito mesmo após uma demanda ou exigência de pagamento, conduziremos uma investigação de propriedade com um escritório do governo, instituição financeira, empregador, parceiro de negócios ou terceiro que ocupe a propriedade da pessoa inadimplente (todos os ativos, como salários, depósitos e poupanças, imóveis, ativos móveis, automóveis e contas a receber).

Além disso, se for necessário encontrar ou apreender bens, podemos revistar à força a residência da pessoa delinquente ou de sua pessoa relacionada, independentemente da intenção da outra parte.

De acordo com o disposto nos artigos 141 e 142 a 147 da Lei Nacional de Arrecadação de Impostos, essas buscas e buscas de imóveis podem ser realizadas sem a obtenção do consentimento prévio do inadimplente.

Apreensão de bens

Determinamos a propriedade a ser apreendida por meio de uma pesquisa de propriedade e apreendemos a propriedade da pessoa delinquente. Em caso de execução hipotecária, dependendo do imóvel, será enviado um "aviso de penhora" não só ao próprio inadimplente, mas também aos interessados do imóvel (empregador, instituição financeira, credor hipotecário de imóveis, etc.).

Quando uma execução hipotecária de imóveis é realizada...

Ele será listado como "apreensão" no registro de imóveis.

Um "aviso de apreensão" é enviado ao credor hipotecário ou outro titular de direitos no registro para notificá-los de que o imóvel foi apreendido.

Os bens imóveis apreendidos são proibidos de serem alienados legalmente (venda, doação) ou de facto (dano, destruição). Mesmo que haja transferência de propriedade após a apreensão, a prefeitura terá prioridade no registro da apreensão, portanto, será possível permutá-la como propriedade do inadimplente antes da transferência de propriedade.

Se o pagamento não for feito mesmo após a apreensão, a prefeitura poderá vendê-lo (leilão público) e usá-lo para pagar impostos municipais inadimplentes.

Quando salários, depósitos e poupanças são penhorados ...

No caso de salário, enviaremos um "aviso de apreensão" ao local de trabalho e, no caso de depósitos e poupanças, enviaremos um "aviso de apreensão" à instituição financeira.

No caso de penhora de salário, um determinado valor será deduzido do seu salário mensal até que o imposto municipal inadimplente seja totalmente pago.

As economias e salários apreendidos serão usados para impostos municipais inadimplentes após a cobrança.

Outros bens sujeitos a apreensão são...

Além de salários, depósitos e imóveis, apólices de seguro de vida, automóveis, títulos, renda de aluguel, contas a receber, bens móveis (eletrodomésticos, metais preciosos como joias, antiguidades, pinturas, etc.) que tenham valor monetário e possam ser usados para impostos por troca estão sujeitos a penhora.

Perguntas e respostas sobre descarte de delinquentes

Pergunta 1: Não é ilegal apreender bens sem o consentimento do contribuinte?

Resposta 1 A lei estipula que "se o pagamento não for feito integralmente até a data de decorridos 10 dias a partir da data em que a carta de demanda for emitida, o imóvel deve ser apreendido" (Artigo 331 da Lei Tributária Local, etc.). Por esse motivo, a penhora é uma disposição administrativa legítima que não requer aviso prévio ou consentimento do contribuinte.

Pergunta 2: Não é uma violação da Lei de Proteção de Informações Pessoais realizar uma pesquisa de propriedade em uma instituição financeira sem o consentimento do contribuinte?

Resposta 2 Se você estiver inadimplente no pagamento de impostos, etc., poderá investigar todos os seus ativos de acordo com a Lei Nacional de Cobrança de Impostos. Para conduzir uma investigação com base em leis e regulamentos, organizações relacionadas, como empregadores e instituições financeiras, devem cooperar com a investigação do governo local, que é a agência de fiscalização. Do exposto, essas pesquisas de propriedade são investigações legítimas de propriedade que não entram em conflito com a Lei de Proteção de Informações Pessoais.

Pergunta 3: Os funcionários da prefeitura têm autoridade para apreender propriedades, como funcionários da repartição de impostos?

Resposta 3: Um funcionário que realiza trabalhos de cobrança de impostos em uma prefeitura é um cobrador de impostos a quem foi delegada a autoridade do prefeito para inspecionar e investigar a imposição e cobrança de impostos ou cobrar atrasados de acordo com as disposições da Lei Tributária Local. O procedimento de disposição de pagamentos inadimplentes, que são deveres dos cobradores de impostos, está estipulado na Lei Nacional de Cobrança de Impostos, mas também é aplicado mutatis mutandis à Lei Tributária Local e outras leis e regulamentos relacionados à cobrança de impostos e taxas públicas.

Se você tiver um motivo convincente para dificuldade em pagar, por favor, não deixe de nos informar

Se você tiver um motivo convincente que dificulte temporariamente o pagamento até a data de vencimento, como uma diminuição significativa na renda devido a um desastre, doença, desemprego ou fechamento de negócios, certifique-se de consultar o departamento responsável em vez de deixá-lo como está porque você não pode pagar.